ACÔRDO SÔBRE TRANSPORTES AÉREOS ENTRE A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPUBLICA DA COLÔMBIA.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e a Junta Militar de Govêrno da República da Colômbia, considerando que é conveniente favorecer o desenvolvimento dos transportes aéreos entre ambos os países, com o fim de estreitar suas relações e de fomentar o seu intercâmbio,

Designaram, para êsse fim, seus respectivos Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

A Junta Militar de Govêrno da República da Colômbia, ao Senhor Doutor Carlos Sanz de Santamaria, Ministro das Relações Exteriores;

os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, acordaram no seguinte:

ARTIGO I

Cada uma das Partes Contratantes concede à outra os direitos especificados no presente Acôrdo e seu Anexo, com o fim de estabelecer os serviços aéreos internacionais regulares nêle descritos, e doravante denominados "serviços convencionados".

ARTIGO II

1 - Qualquer dos serviços convencionados poderá ser iniciado imediatamente ou em data posterior, a critério da Parte Contratante à qual os direitos são concedidos, satisfeitos prèviamente os seguintes requisitos:

a) que a Parte Contratante à qual os mesmos tenham sido concedidos haja designado uma emprêsa ou emprêsas aéreas de sua nacionalidade para explorar a rota ou rotas especificadas;

b) que a Parte Contratante que concede os direitos tenha dado a necessária licença de funcionamento à emprêsa ou emprêsas aéreas designadas, o que fará sem demora, observadas as disposições do parágrafo nº 2 dêste artigo e as do artigo IV.

2 - As emprêsas aéreas designadas poderão ser chamadas a provar, perante as autoridades aeronáuticas da Parte Contratante que concede os direitos, que se encontram em condições de satisfazer os requisitos prescritos pelas leis e regulamentos normalmente aplicados por essas autoridades ao funcionamento de emprêsas aéreas comerciais.

ARTIGO III

Com o fim de evitar práticas discriminatórias e de respeitar o princípio de igualdade de tratamento:

1 - As taxas que uma das Partes Contratantes imponha ou permita que sejam impostas à emprêsa ou emprêsas aéreas designadas pela outra Parte Contratante para o uso de aeroportos e outras facilidades, não serão superiores às que pagam, pelo uso de tais aeroportos e facilidades, suas próprias aeronaves empregadas em serviços internacionais semelhantes.

2 - Os combustíveis, óleos lubrificantes e sobressalentes introduzidos no território de uma das Partes Contratantes, quer diretamente por uma emprêsa aérea designada, quer por conta de tal emprêsa aérea e destinados ùnicamente ao uso de suas aeronaves, gozarão do mesmo tratamento dado às emprêsas nacionais em serviços internacionais ou às emprêsas aéreas da Nação mais favorecida, no que respeita a direitos aduaneiros, taxas de inspeção e outros impostos ou encargos fiscais

estabelecidos pela Parte Contratante em cujo território ingressam.

3 - As aeronaves de uma das Partes Contratantes utilizadas na exploração dos serviços convencionados e os combustíveis, óleos lubrificantes e sobressalentes, equipamento normal e provisões de bordo, enquanto dentro de tais aeronaves, gozarão de isenção de direitos aduaneiros, taxas de inspeção e direitos ou taxas semelhantes no território da outra Parte Contratante, mesmo que venham a ser utilizados pelas aeronaves quando em vôo nesse território.

ARTIGO IV

Cada uma das Partes Contratantes reserva-se a faculdade de negar ou revogar o exercício dos direitos especificados no Anexo ao presente Acôrdo, por uma emprêsa aérea designada pela outra Parte Contratante, quando:

1 - considerar que não está suficientemente provado que uma parte substancial da propriedade ou o contrôle efetivo da referida emprêsa estejam em mãos de nacionais da outra Parte Contratante;

2 - a emprêsa deixar de observar as leis e regulamentos mencionados no Artigo 13 da Convenção da Aviação Civil Internacional, ou as condições sob as quais os direitos foram concedidos, na conformidade dêste Acôrdo e do seu Anexo;

3 - as aeronaves postas em tráfego não sejam tripuladas por nacionais da outra Parte Contratante, excetuados os casos de adestramento de pessoal navegante.

ARTIGO V

Caso qualquer das Partes Contratantes deseje modificar os têrmos do Anexo ao presente Acôrdo ou usar da faculdade prevista no Artigo IV precedente, poderá promover consulta entre as autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes, devendo tal consulta ser iniciada dentro do prazo de sessenta (60) dias a contar da data da notifi

notificação respectiva.

Quando as referidas autoridades concordarem em modificar o Anexo, tais modificações entrarão em vigor depois de confirmadas por troca de notas, por via diplomática.

ARTIGO VI

As divergências entre as Partes Contratantes, relativas à interpretação ou aplicação do presente Acôrdo ou de seu Anexo, que não puderem ser resolvidas por meio de negociações ou consulta, deverão ser submetidas a Juizo Arbitral em cuja constituição e funcionamento serão observadas as seguintes regras:

1 - O Tribunal será constituido de três (3) árbitros. Cada Parte Contratante nomeará um dêles, e o terceiro será designado de comum acôrdo pelos dois primeiros, não podendo ser nacional de qualquer das Partes.

2 - A nomeação dos dois primeiros árbitros será feita dentro do prazo de dois (2) meses, contados da data em que uma das Partes receber a nota diplomática em que a outra solicite o arbitramento da divergência. O terceiro árbitro será designado dentro dos trinta (30) dias seguintes à nomeação dos dois primeiros.

3 - Se qualquer das Partes Contratantes deixar de nomear seu árbitro no prazo de dois (2) meses, ou não houver acôrdo a respeito do terceiro árbitro no prazo indicado, sua designação será solicitada pelas Partes Contratantes ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional.

4 - O Tribunal arbitral assim nomeado deverá emitir sua sentença no prazo máximo de sessenta (60) dias, contados da data de sua constituição. Êste prazo poderá ser prorrogado mediante acôrdo das duas Partes.

5 - As Partes Contratantes farão o possível, nos limites de seus poderes, para adotar as medidas provisórias ditadas pelo Tribu-

Tribunal no curso do arbitramento, assim como para cumprir a sentença arbitral, que terá caráter definitivo.

ARTIGO VII

Qualquer das Partes Contratantes pode, a todo o tempo, notificar a outra de seu desejo de denunciar o presente Acôrdo. A notificação será simultâneamente comunicada à Organização da Aviação Civil Internacional. Feita a notificação o presente Acôrdo deixará de vigorar seis (6) meses depois da data de seu recebimento pela outra Parte Contratante, salvo se fôr retirada por acôrdo das Partes Contratantes antes de expirar aquêle prazo. Se não fôr acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante a quem foi dirigida, entender-se-á recebida catorze (14) dias depois de o ter sido pela Organização da Aviação Civil Internacional.

ARTIGO VIII

Ao entrar em vigor uma convenção multilateral de transportes aéreos que tiver sido ratificada pelas duas Partes Contratantes, o presente Acôrdo e seu Anexo ficarão sujeitos às modificações decorrentes dessa convenção multilateral.

ARTIGO IX

Quaisquer autorizações privilégios ou concessões, por ventura existentes ao tempo da ratificação dêste Acôrdo, outorgados a qualquer título por uma das Partes Contratantes em favor de uma ou mais emprêsas aéreas da outra Parte Contratante, deverão ser revogados ou revistos para adaptá-los ao ora convencionado.

ARTIGO X

O presente Acôrdo e seu Anexo, e quaisquer modificações

modificações futuras, serão registrados na Organização da Aviação Civil Internacional.

ARTIGO XI

Para o fim de aplicação do presente Acôrdo e seu Anexo:

a) A expressão "autoridades aeronáuticas" significará, no caso do Brasil, o Ministério da Aeronáutica e, no caso da República da Colômbia a Direção Geral de Aeronáutica Civil, e, em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão que esteja autorizado a exercer as funções pelos mesmos desempenhadas;

b) a expressão "empresa aérea designada" significará qualquer emprêsa que uma das Partes Contratantes tiver designado para explorar a rota ou rotas aéreas especificadas nos quadros anexos ao presente Acôrdo, mediante notificação por escrito à outra Parte Contratante;

c) o conceito de "serviço aéreo internacional regular" é o de serviço internacional executado por emprêsas aéreas designadas, com frequência uniforme e segundo horários, rotas e tarifas preestabelecidos e aprovados pelas Partes Contratantes;

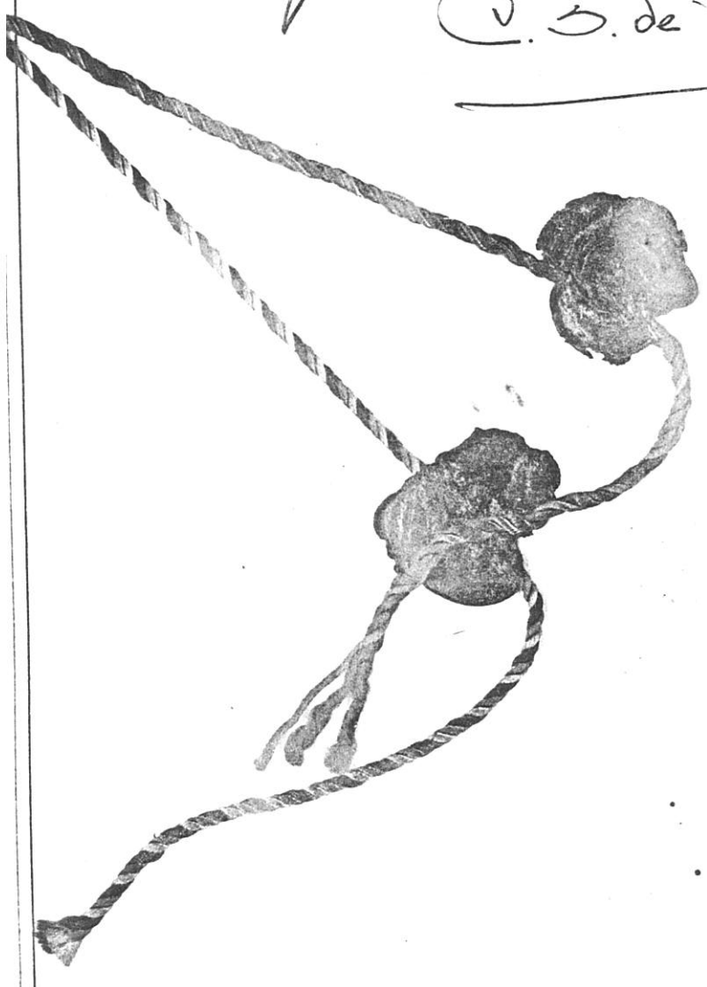
d) as demais expressões usadas e não definidas neste Acôrdo e seu Anexo, serão interpretadas e entendidas de conformidade com o entendimento ou definição da Convenção da Aviação Civil Internacional e de seus Anexos.

O presente Acôrdo será ratificado em conformidade com as disposições constitucionais de cada Parte Contratante, e entrará em vigor a partir do dia da troca das ratificações; o que deverá ter logar o mais breve possível.

Ambas as Partes Contratantes procurarão tornar efetivas as disposições do presente Acôrdo, no limite de suas atribuições admi-

administrativas, trinta (30) dias após a data de sua assinatura.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os Plenipotenciários acima firmam o presente Acôrdo e nêle apôem seus respectivos selos. Feito na cidade de Bogotá aos 28 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, os dois textos fazendo igualmente fé.



A N E X O

I

O Govêrno dos Estados Unidos do Brasil concede ao Govêrno da República da Colômbia o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais emprêsas aéreas por êste designadas, serviços aéreos nas rotas especificadas no Quadro II Anexo.

II

O Govêrno da República da Colômbia concede ao Govêrno dos Estados Unidos do Brasil o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais emprêsas aéreas por êste designadas, serviços aéreos nas rotas especificadas no Quadro I Anexo.

III

A emprêsa ou emprêsas de transporte aéreo designadas pelas Partes Contratantes, nos têrmos do Acôrdo e do presente Anexo, gozarão no território da outra Parte Contratante, em cada uma das rotas descritas nos quadros anexos, do direito de trânsito e de pousar para fins não comerciais nos aeroportos abertos ao tráfico internacional. Gozarão também do direito de embarcar e desembarcar tráfico internacional de passageiros, carga e malas postais nos pontos enumerados nos referidos Quadros, sob as condições reguladoras da Secção IV, a seguir.

IV

a) - A capacidade de transporte oferecida pelas emprêsas aéreas das duas Partes Contratantes deverá manter estreita relação com a procura do tráfico.

b) - Deverá ser assegurado tratamento justo e equitativo às emprêsas aéreas designadas pelas duas Partes Contratantes, para que possam gozar de igual oportunidade na exploração dos serviços convencionados.

c) - As emprêsas aéreas designadas deverão tomar en con-

consideração, quando explorarem rotas ou secções comuns duma rota, os seus interêsses mútuos, a fim de não onerarem indevidamente os respectivos serviços.

d) - Os serviços convencionados terão por objetivo principal oferecer capacidade adequada à procura de tráfico entre os territórios das duas Partes Contratantes.

e) - As emprêsas aéreas designadas terão o direito de embarcar e desembarcar no território da outra Parte Contratante, nos pontos especificados nas rotas convencionadas, tráfico internacional com destino a ou proveniente de terceiros países, direito que será exercido em conformidade com os princípios gerais do desenvolvimento do transporte aéreo aceitos pelas duas Partes Contratantes, de modo que a capacidade seja adaptada:

1 - à procura de tráfico entre o país de origem e os países do destino;

2 - às exigências de uma exploração econômica dos serviços considerados; ou

3 - à procura do tráfico existente, respeitados os interêsses dos serviços locais e regionais.

V

As Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão a pedido de uma delas a fim de verificar se os princípios enunciados na Secção IV supra estão sendo observados pelas emprêsas aéreas designadas, e, em particular, para evitar que o tráfico seja desviado em proporção injusta de qualquer das emprêsas designadas, entendido que as consultas não terão efeito suspensivo sôbre as medidas que qualquer das Partes Contratantes tenha tomado ou vier a tomar com tal objetivo.

VI

As Autoridades Aeronáuticas de cada Parte Contratante for

fornecerão às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante, a pedido destas, periòdicamente ou a qualquer tempo, os dados estatísticos razoàvelmente necessários para verificar como está sendo utilizada a capacidade oferecida pelas emprêsas aéreas designadas pela primeira Parte Contratante. Êsses dados compreenderão todos os elementos necessários para fixar com segurança o volume de tráfico levantado e transportado por aquelas emprêsas aéreas, relativamente aos serviços convencionados.

VII

1 - As tarifas dos serviços concedidos em consequência dêste Acôrdo serão estabelecidas segundo as normas desta Secção, levando-se em conta todos os fatôres relevantes, principalmente o custo da exploração, lucros razoàveis, características dos serviços, tais como velocidade e confôrto, e as tarifas cobradas pelas outras emprêsas no todo ou em parte das mesmas rotas.

2 - A ou as emprêsas designadas de cada Parte Contratante submeterão suas tarifas, relativamente ao tráfico levantado no território da outra Parte Contratante, à prévia aprovação da Autoridade Aeronáutica desta, segundo diretivas ou instruções suas, trinta (30) dias, no mínimo, antes da data prevista para sua vigência, podendo êsse período ser reduzido, em casos especiais, a juizo da Autoridade de que dependa a aprovação.

Q.5 de 5

3 - Para o estabelecimento dessas tarifas as emprêsas designadas realizarão, sempre que possível, entendimentos através do mecanismo da IATA (International Air Transport Association). Quando isso não fôr possível, as emprêsas designadas acordarão diretamente entre si, obedecidos, em qualquer caso, os princípios enunciados nesta Secção.

4 - Se as emprêsas designadas não puderem chegar a acôrdo sôbre tarifas, ou se a Autoridade Aeronáutica de qualquer Parte Contratante não aprovar as tarifas que lhe tenham sido submetidas na for-

forma dos parágrafos anteriores, essas tarifas não serão postas em vigor até que as Autoridades Aeronáuticas das duas Partes Contratantes possam chegar a uma solução satisfatória. Em último caso, proceder-se-á em conformidade com o disposto no Artigo VI do Acôrdo.

VIII

Qualquer modificação que altere escalas em territórios que não os das duas Partes Contratantes, nas rotas mencionadas nos Quadros anexos, excetuadas as que resultarem da inclusão de novos pontos não será considerada como alteração do Anexo. As Autoridades Aeronáuticas de cada uma das Partes Contratantes poderão, por conseguinte, proceder unilateralmente a uma tal modificação, desde que sejam disto notificadas, sem demora, as Autoridades da outra Parte Contratante.

Se estas últimas Autoridades, considerados os princípios enunciados na Secção IV do presente Anexo, julgarem que tal modificação prejudica os interêsses de suas emprêsas aéreas nacionais, entender-se-ão com as Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante a fim de chegarem a um acôrdo satisfatório.

IX

Depois de entrar em vigor o presente Acôrdo as Autoridades Aeronáuticas das duas Partes Contratantes deverão comunicar uma à outra, tão cêdo quanto possível, as informações concernentes às autorizações dadas às respectivas emprêsas aéreas designadas para explorar os serviços convencionados ou parte dos mesmos. Essa troca de informações incluirá especialmente cópia das autorizações concedidas, acompanhadas de eventuais modificações, assim como dos respectivos anexos.

José Carlos de Macedo Soares

C. S. de Santamaria

QUADRO I

ROTAS BRASILEIRAS

I - Com destino a Colômbia:

1 - Rio de Janeiro - Manáus - Letícia - Bogotá, em ambas as direções;

2 - Manáus - Bogotá, via Mitú e outros pontos intermediários, em ambas as direções;

3 - Porto Velho - Letícia - Bogotá, em ambas as direções.

II - Através da Colômbia:

1 - Do Rio de Janeiro para Bogotá e além, via Panamá (escala técnica), México, Los Angeles ou São Francisco e daí para países além, em ambas as direções;

2 - Manáus - Letícia, para o Perú e Equador, em ambas as direções.

Nota - Os pontos intermediários referidos na rota I-2 serão fixados mediante troca de notas.

QUADRO II

ROTAS COLOMBIANAS

I - Com destino ao Brasil:

1 - Bogotá - Letícia - Manáus - Rio de Janeiro e/ou São Paulo, em ambas as direções;

2 - Bogotá - Manáus, via pontos intermediários, em ambas as direções;

3 - Bogotá - Letícia - Porto Velho, em ambas as direções;

4 - Letícia - Manáus, via pontos intermediários, em ambas as direções.

II - Através do Brasil:

1 - De Bogotá para o Rio de Janeiro e/ou São Paulo, e além, via Montevidéu, para Buenos Aires, em ambas as direções.

Nota - Os pontos intermediários referidos nas rotas I-2 e I-4 serão fixados mediante troca de notas.

Q.3. de S

PROTOCOLO DE ASSINATURA

No curso das negociações que terminaram nesta data com a assinatura do Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia, os Plenipotenciários das duas Altas Partes Contratantes manifestaram sua concordância sôbre os seguintes pontos adicionais, que se relacionam com a aplicação prática do mesmo Acôrdo:

1 - As frequências de vôo e a capacidade oferecida nas rotas especificadas no Quadro de rotas do Anexo ao Acôrdo, serão estabelecidas de comum acôrdo pelas Autoridades de Aeronáutica Civil das Partes Contratantes, tendo em conta o potencial de tráfico e as características das aeronaves empregadas pelas emprêsas designadas.

2 - Tendo em vista que na rota II-1 do Quadro de rotas brasileiras a escala no Panamá foi considerada "escala técnica" em relação ao tráfico de e para a Colômbia, fica entendido que a emprêsa ou emprêsas brasileiras designadas não exercerão direitos de tráfico entre a Colômbia e o Panamá, em ambas as direções.

3 - Quando uma ou mais emprêsas colombianas estabelecerem serviços aéreos regulares para Cidade México, Los Angeles ou São Francisco, as Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes entender-se-ão para estabelecer as limitações de frequência e/ou capacidade que forem necessárias, na conformidade com o nº 3, letra e, da Seção IV do Anexo. No caso de não chegarem a acôrdo, dentro dos sessenta (60) dias posteriores à data de início das negociações, serão aplicadas as limitações sugeridas pelas Autoridades Aeronáuticas colombianas.

4 - Da mesma forma acima indicada, procederão as Autoridades

Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes quando a emprêsa ou emprêsas colombianas designadas estabelecerem serviços aéreos regulares entre Rio de Janeiro e/ou São Paulo e Buenos Aires, via Montevidéu.

5 - Se no futuro o Govêrno brasileiro tiver o propósito de fazer estabelecer serviço de transporte aéreo regular entre o Brasil e a Colômbia e países além, via La Paz, Lima e Quito, o Govêrno colombiano examinará, com o elevado espírito de cooperação e amizade que anima os dois Governos, a possibilidade de incluir essa rota no Quadro constante do Anexo ao Acôrdo, resguardados primordialmente os interêsses de todos os serviços executados pelas emprêsas colombianas na mesma rota.

EM FÉ DO QUE, os Plenipotenciários designados por ambas as Partes Contratantes firmaram o presente em dois exemplares do mesmo teôr, nos idiomas português e espanhol, igualmente válidos, na cidade de Bogotá, aos 28 dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e oito.

J. Batista de Mendonça

C. S. de Santamaría

ACUERDO SOBRE TRANSPORTES AEREOS ENTRE LA REPUBLICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DE COLOMBIA

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil y la Junta Militar de Gobierno de la República de Colombia, considerando que es conveniente favorecer el desenvolvimiento de los transportes aéreos entre ambos países, con el fin de estrechar sus relaciones y de fomentar su intercambio,

Han designado para ese fin sus respectivos Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, al señor Embajador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Relaciones Exteriores;

La Junta Militar de Gobierno de la República de Colombia, al señor doctor Carlos Sanz de Santamaría, Ministro de Relaciones Exteriores;

Quienes, después de haberse comunicado sus plenos poderes, hallados en buena y debida forma, han convenido lo siguiente:

ARTICULO I

Cada una de las Partes Contratantes concede a la otra los derechos especificados en el presente Acuerdo y su Anexo con el objeto de establecer los servicios aéreos internacionales regulares descritos en ellos, y que en adelante se denominarán "servicios acordados".

ARTICULO II

1. Cualquiera de los servicios acordados podrá ser inaugurado inmediatamente o en fecha posterior, a voluntad de la Parte Contratante a la cual se conceden los derechos, previos los siguientes requisitos:

a) Que la Parte Contratante a la cual se conceden los derechos haya designado una o varias empresas aéreas de su nacionalidad para explotar la ruta o rutas especificadas;

b) Que la Parte Contratante que concede los derechos haya dado la necesaria licencia de funcionamiento a la empresa o empresas aéreas designadas, lo cual hará sin demora, observadas las disposiciones del parágrafo número 2 de este artículo y las del artículo IV.

2. Las empresas aéreas designadas podrán ser llamadas a probar, ante las autoridades aeronáuticas de la Parte Contratante que concede los derechos, que se encuentran en condiciones de satisfacer los requisitos prescritos por las leyes y reglamentos normalmente aplicables por tales autoridades al funcionamiento de empresas aéreas comerciales.

ARTICULO III

Con el fin de evitar prácticas discriminatorias y de observar el principio de igualdad de tratamiento:

1. Los derechos que una de las Partes Contratantes imponga o permita que se impongan a la empresa o empresas aéreas designadas por la otra Parte Contratante por el uso de los aeropuertos y otras instalaciones, no serán superiores a los que pagan por el uso de dichos aeropuertos e instalaciones sus propias aeronaves empleadas en servicios internacionales similares.

2. Los combustibles, aceites lubricantes y repuestos introducidos en el territorio de una de las Partes Contratantes, sea directamente por una empresa aérea designada, o por cuenta de tal empresa, y destinados únicamente al uso de sus aeronaves, disfrutarán del mismo tratamiento dado a las empresas nacionales en servicios internacionales o a las empresas aéreas de la nación más favorecida, en cuanto a derechos aduaneros, tasas de inspección y otros gravámenes o cargas fiscales establecidos por la Parte Contratante a cuyo territorio ingresen.

3. Las aeronaves de una de las Partes Contratantes utilizadas en la explotación de los servicios acordados y los combustibles, aceites lubricantes y repuestos, equipo corriente y provisiones de a bordo, mientras estén dentro de tales aeronaves estarán exentos de derechos aduaneros, tasas de inspección y derechos o tasas semejantes en el territorio de la otra Parte Contratante, aunque tales elementos sean utilizados por las aeronaves en vuelo en ese territorio.

ARTICULO IV

Cada una de las Partes Contratantes se reserva la facultad de negar o revocar el ejercicio de los derechos concedidos a una empresa aérea designada por la otra Parte Contratante y especificados en el Anexo del presente Acuerdo, siempre que:

1. Considere que no está suficientemente probado que una parte sustancial de la propiedad o el control efectivo de la referida empresa no pertenece a la otra Parte Contratante o a sus nacionales;

2. La empresa deje de observar las leyes y reglamentos mencionados en el Artículo 13 de la Convención de Aviación Civil Internacional, o las condiciones bajo las cuales los derechos fueron concedidos, de conformidad con este Acuerdo y su Anexo;

3. Las aeronaves puestas en servicio no sean tripuladas por nacionales de la otra Parte Contratante, con excepción de los casosde adiestramiento de personal navegante.

ARTICULO V

Si alguna de las Partes Contratantes deseare modificar los términos del Anexo al presente Acuerdo o valerse de la facultad prevista en el Artículo IV precedente, podrá promover consulta entre las autoridades aeronáuticas de las dos Partes Contratantes. Esa consulta deberá iniciarse dentro de un plazo de sesenta (60) días a partir de la fecha de la notificación respectiva.

Cuando dichas autoridades estuvieren de a-

cuerdo en modificar el Anexo, tales modificaciones entrarán en vigencia después de haber sido confirmadas por cambio de notas, por la vía diplomática.

ARTICULO VI

Las discrepancias entre las Partes Contratantes relativas a la interpretación o aplicación del presente Acuerdo o de su Anexo, que no puedan resolverse por medio de negociación o consulta, deberán someterse a juicio arbitral de un Tribunal cuya constitución y funcionamiento se ajustarán a las siguientes reglas:

1. El Tribunal estará integrado por tres árbitros. Cada Parte Contratante nombrará uno y el tercero será designado por acuerdo de los dos anteriores y no podrá ser nacional de ninguna de las Partes.

2. El nombramiento de los dos primeros árbitros se hará dentro del término de dos meses contados desde la fecha en que una de las Partes reciba la nota diplomática en que la otra solicite el arbitraje de la divergencia. El tercero será designado dentro de los treinta días siguientes al nombramiento de los dos primeros.

3. Si cualquiera de las Partes Contratantes dejare de nombrar su árbitro en el período de dos meses, o no se llegare a un acuerdo respecto al tercer árbitro en el plazo indicado, las Partes Contratantes solicitarán su designación al Consejo de la Organización de Aviación Civil Internacional.

C.S. de S

4. El Tribunal arbitral así nombrado deberá emitir su fallo en un plazo no mayor de sesenta (60) días, contados desde la fecha de su constitución. Este plazo podrá prorrogarse por acuerdo de ambas Partes.

5. Las Partes Contratantes harán lo posible, de acuerdo con sus facultades, para aceptar las medidas provisionales que se adopten por el Tribunal en el curso del arbitraje, así como para cumplir la sentencia arbitral, la cual tendrá el carácter de definitiva.

ARTICULO VII

Cualquiera de las Partes Contratantes puede, en cualquier momento, notificar a la otra su intención de denunciar el presente Acuerdo. Tal notificación deberá ser comunicada simultáneamente a la Organización de Aviación Civil Internacional. En caso de que se haga tal notificación, el presente Acuerdo terminará seis (6) meses después de la fecha de recibo de la notificación por la Otra Parte Contratante, a menos que las Partes Contratantes convengan en retirarla antes de expirar el plazo. Si la otra Parte Contratante deja de avisar recibo, se tendrá por recibida la notificación catorce (14) días después de que la reciba la Organización de Aviación Civil Internacional.

ARTICULO VIII

Al entrar en vigor una Convención multilateral de transportes aéreos que haya sido ratificada por las dos Partes Contratantes, el presente Acuerdo y su Anexo quedarán sujetos a las modificaciones que resulten de esa Convención multilateral.

ARTICULO IX

Cualesquiera autorizaciones, privilegios o concesiones que existan en el momento de la ratificación de este Acuerdo, otorgados a cualquier título por una de las Partes Contratantes en favor de una o más empresas aéreas de la otra Parte Contratante, deberán ser revocados o revisados para que se adapten a lo prescrito en el presente Acuerdo.

ARTICULO X

Este Acuerdo y su Anexo y las enmiendas que se le hagan en el futuro, se registrarán en la Organización de Aviación Civil Internacional.

ARTICULO XI

Para los fines de este Acuerdo y de su Anexo:

a) La expresión "autoridades aeronáuticas" significará, en el caso de la República de Colombia, la Dirección General de Aeronáutica Civil, y en el caso del Brasil, el Ministerio de Aeronáutica y, en ambos casos, cualquier persona o entidad autorizadas para asumir las funciones ejercidas actualmente por tales organismos;

b) La expresión "empresa aérea designada" significará toda empresa aérea que una de las Partes Contratantes designe para explotar la ruta o rutas aéreas especificadas en los cuadros anexos al presente Acuerdo mediante notificación por escrito a la otra Parte Contratante.

c) El concepto de "servicio aéreo internacio-

nal regular" es el de servicio internacional ejecutado por empresas aéreas designadas, con frecuencia uniforme y de conformidad con horarios, rutas y tarifas preestablecidas y aprobadas por las Partes Contratantes;

d) Las demás expresiones usadas y no definidas en este Acuerdo y su Anexo serán interpretadas de conformidad con el entendimiento o la definición de la Convención de Aviación Civil Internacional y de sus Anexos.

El presente Acuerdo será ratificado de conformidad con las disposiciones constitucionales de cada Parte Contratante y entrará en vigencia a partir del día del canje de ratificaciones, lo cual deberá hacerse lo más pronto posible.

Ambas Partes Contratantes procurarán hacer efectivas las disposiciones del presente Acuerdo, en el límite de sus atribuciones administrativas, treinta(30) días después de la fecha de su firma.

En fe de lo cual, los Plenipotenciarios citados firman el presente Acuerdo, en el cual estampan sus respectivos sellos, en dos ejemplares portugués y castellano, cuyos textos darán fe por igual, en la ciudad de Bogotá, a los veintiocho días del mes de mayo de mil novecientos cincuenta y ocho.

C. S. de Santamaría

A N E X O

I

El Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil concede al Gobierno de la República de Colombia el derecho de explotar servicios aéreos, por intermedio de una o más empresas aéreas designadas, en las rutas especificadas en el Cuadro II anexo.

II

El Gobierno de la República de Colombia concede al Gobierno de los Estados Unidos del Brasil el derecho de explotar servicios aéreos, por intermedio de una o más empresas aéreas designadas, en las rutas especificadas en el Cuadro I anexo.

III

La empresa o empresas aéreas designadas por las Partes Contratantes bajo los términos del Acuerdo y del presente Anexo, gozarán en el territorio de la otra Parte Contratante, en cada una de las rutas descritas en los cuadros anexos, del derecho de tránsito y aterrizaje para fines no comerciales en los aeropuertos abiertos al tráfico internacional. Gozarán asimismo del derecho de embarcar y desembarcar trafico internacional de pasajeros, carga y correo en los puntos enumerados en los precitados cuadros, bajo las condiciones reglamentarias de la Sección IV de este Anexo.

IV

a) La capacidad de transporte ofrecida por las

empresas aéreas de las dos partes Contratantes deberá mantener estrecha relación con la demanda de tráfico.

b) Deberá asegurarse un tratamiento justo y equitativo a las empresas aéreas designadas por las dos Partes Contratantes para que puedan gozar de igual oportunidad en la explotación de los servicios acordados.

c) Las empresas aéreas designadas deberán tener en consideración, al explotar rutas o secciones comunes de una ruta, sus intereses mutuos, con el fin de no afectar indebidamente los servicios respectivos.

d) Los servicios acordados tendrán por objeto principal ofrecer capacidad adecuada a la demanda de tráfico entre los territorios de las Partes Contratantes.

e) Las empresas aéreas designadas tendrán el derecho de embarcar o desembarcar en el territorio de la otra Parte Contratante, en los puntos especificados de las rutas acordadas, tráfico internacional con destino a otros países, o proveniente de los mismos. Este derecho será ejercido de conformidad con los principios generales del desarrollo del transporte aéreo aceptados por las dos Partes Contratantes, a fin de que la capacidad se adapte:

1. A la demanda de tráfico entre el país de origen y los países de destino.

2. A las exigencias de una explotación económica de los servicios de que se trate, y

Q.S.de S

3. A la demanda de tráfico existente siempre y cuando que no se afecten los intereses de los servicios locales y regionales.

V

Las autoridades aeronáuticas de las Partes Contratantes se consultarán entre sí a petición de una de ellas, con el fin de comprobar si los principios enunciados en la Sección IV están siendo observados por las empresas aéreas designadas. Se procurará en particular evitar que el tráfico sea desviado en proporción injusta por cualquiera de las empresas designadas. Es entendido que las consultas no tendrán efecto suspensivo sobre las medidas que cualquiera de las Partes Contratantes haya tomado o pueda tomar con tal objeto.

VI

Las autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante suministrarán a las autoridades aeronáuticas de la otra Parte Contratante, a petición de éstas, periódicamente o en cualquier tiempo, los datos estadísticos razonablemente necesarios para comprobar como está siendo utilizada la capacidad ofrecida por las empresas aéreas designadas por la primera Parte Contratante. Esos datos comprenderán todos los elementos necesarios para determinar con seguridad el volúmen de tráfico levantado y transportado por tales empresas aéreas, con relación a los servicios acordados.

VII

1. Las tárifas de los servicios concedidos como consecuencia de este Acuerdo serán establecidas según las normas de esta

Sección, teniendo en cuenta todos los factores pertinentes, principalmente el costo de la explotación, los lucros razonables, las características de los servicios, tales como velocidad y comodidad, y las tárifas cobradas por las demás empresas en todas estas rutas o en parte de ellas.

2. La empresa o empresas designadas de cada Parte Contratante someterán sus tarifas, con relación al tráfico levantado en el territorio de la otra Parte Contratante, a la aprobación previa de las autoridades aeronáuticas de éste, y de acuerdo con las instrucciones que ellas impartan. La presentación de tales tarifas se hará por lo menos treinta (30) días antes de la fecha prevista para su vigencia, pudiendo reducirse este período en casos especiales, a juicio de las mismas autoridades.

3. Para fijar dichas tarifas las empresas designadas realizaran arreglos, siempre que sea posible, a través del meca - nismo de la IATA (Asociación Internacional de Transportes Aéreos). Cuando ello no fuere posible, las empresas designadas se pondrán de acuerdo direc - tamente entre sí, obedeciendo en todo caso a los principios enunciados en esta Sección.

4. Si las empresas designadas no pudieren llegar a un acuerdo sobre tarifas, o si las autoridades aeronáuticas de cualquiera de las Partes Contratantes no aprobaren las tarifas que les hayan sido sometidas en la forma prevista en los parágrafos anteriores, tales tarifas no serán puestas en vigencia hasta tanto las autoridades aeronáuticas de las dos Partes Contratantes puedan llegar a una solución satisfactoria. En último caso se procederá conforme a lo dispuesto en el Artículo VI del Acuerdo.

V.S. de S

VIII

Toda modificación que altere escalas en territorios distintos de los de las Partes Contratantes, dentro de las rutas mencionadas en los Cuadros adjuntos, exceptuadas las que resulten de inclusión de nuevos puntos, no se considerará como una modificación al Anexo. Las autoridades aeronáuticas de cada una de las Partes Contratantes podrán, por consiguiente, proceder unilateralmente a efectuar tal modificación siempre que notifiquen sin demora a las autoridades de la otra Parte Contratante.

Si éstas últimas estiman, con base en los principios enunciados en la Sección IV del presente Anexo, que dicha modificación afecta los intereses de sus empresas aéreas nacionales, se concertarán con las autoridades aeronáuticas de la otra Parte Contratante a fin de llegar a un arreglo satisfactorio.

IX

Después de entrar en vigencia el presente Acuerdo, las autoridades aeronáuticas de las dos Partes Contratantes deberán comunicarse, tan pronto como sea posible, las informaciones concernientes a las autorizaciones dadas a las respectivas empresas aéreas designadas para explotar los servicios acordados o parte de los mismos. Ese intercambio de informaciones incluirá especialmente copia de las autorizaciones concedidas, acompañadas de modificaciones eventuales, así como de los respectivos anexos.

J. Carlos Meléndez

C. S. de Santamaría

CUADRO I

RUTAS BRASILEÑAS

I- Con destino a Colombia:

1 Río de Janeiro-Manaos-Leticia-Bogotá, en ambas direcciones;

2 Manaos-Bogotá, vía Mitú y otros puntos intermedios, en ambas direcciones;

3 Porto Velho-Leticia-Bogotá, en ambas direcciones.

II- A través de Colombia:

1 De Río de Janeiro para Bogotá y más allá, vía Panamá (escala técnica), México, Los Angeles o San Francisco y de ahí para países más allá, en ambas direcciones;

2 Manaos-Leticia, para el Perú y Ecuador, en ambas direcciones.

Nota: Los puntos intermedios mencionados en la ruta I-2 serán fijados mediante cambio de notas.

Q.S.d.S

CUADRO II

RUTAS COLOMBIANAS

I- Con destino al Brasil:

1 Bogotá-Leticia-Manaos-Río de Janeiro y/o San Pablo, en ambas direcciones;

2 Bogotá-Manaos, y puntos intermedios, en ambas direcciones;

3 Bogotá-Leticia-Porto Velho, en ambas direcciones;

4 Leticia-Manaos, y puntos intermedios, en ambas direcciones.

II- A través del Brasil:

1 De Bogotá para Río de Janeiro y/o San Pablo, y más allá vía Montevideo para Buenos Aires, en ambas direcciones.

Nota: Los puntos intermedios mencionados en las rutas I-2 y I-4, serán fijados mediante cambio de notas.

PROTOCOLO DE FIRMA

En el curso de las negociaciones que han terminado en esta fecha con la firma del Acuerdo sobre Transportes Aéreos entre la República de Colombia y la de los Estados Unidos del Brasil, los Pleni - potenciarios de las dos Altas Partes Contratantes se pusieron de acuerdo sobre los siguientes puntos adicionales, que se relacionan con la aplicación práctica del mismo Acuerdo:

1o. Las frecuencias de vuelos y la capacidad ofrecida en las rutas determinadas en el Anexo del Acuerdo serán establecidas de común acuerdo por las autoridades de aeronáutica civil de las Partes Contratantes, teniendo en cuenta el potencial de tráfico y la calidad de equipo de vuelo que se emplee por las compañías respectivas.

2o. Teniendo en cuenta que en la ruta II-1 del Cuadro de rutas brasileñas la escala en Panamá fue considerada "escala técnica" con relación al trafico desde y hacia Colombia, queda entendido que la empresa o empresas brasileñas designadas no ejercerán derechos de trafico entre Colombia y Panamá, en ambas direcciones.

3o. Cuando una o varias empresas co - lombianas establezcan servicios aéreos a México, Los Angeles o San Francisco, las autoridades aeronáuticas de las Partes Contratantes se pondrán de acuerdo para fijar las limitaciones de frecuencia y/o capacidad que se hagan necesarias, de conformidad con el punto 3 de la letra e) de la Sección IV del Anexo. En caso de que no se llegare a un acuerdo dentro de los sesenta (60) días posteriores a la fecha de iniciación de las negociaciones, se aplicarán las limitaciones sugeridas por las autoridades aeronáuticas colombianas.

Q.S. de S

4o. En la misma forma anterior procederán las autoridades aeronáuticas de las Partes Contratantes cuando la empresa o empresas colombianas designadas establezcan servicios aéreos regulares entre Río de Janeiro y/o San Pablo y Buenos Aires, vía Montevideo.

5o. Si en el futuro el Gobierno brasileño tuviese el propósito de establecer servicio de transporte aéreo regular entre el Brasil y Colombia y países más allá, vía La Paz, Lima o Quito, el Gobierno colombiano examinará, con el elevado espíritu de cooperación y amistad que anima a los dos Gobiernos, la posibilidad de incluír esa ruta en el Cuadro que consta en el Anexo al Acuerdo, siempre que se dejen a salvo primordialmente los intereses de todos los servicios efectuados por empresas colombianas en la misma ruta.

En fe de lo cual, los Plenipotenciarios designados por las Partes Contratantes firman el presente en dos ejemplares del mismo tenor, en idiomas portugués y castellano, igualmente válidos, en la ciudad de Bogotá, a los veintiocho días del mes de mayo de mil novecientos cincuenta y ocho.

José Carlos de Macedo Soares

C. S. de Santamaría